



Pizza no forno

BRASÍLIA O depoimento insosso de Moro facilita a proteção judicial de Bolsonaro por Aras. Restará a disputa na política

POR ANDRÉ BARROCAL



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 28

Entrevista. "Bolsonaro é incapaz", diz Rui Costa, governador da Bahia

As nove e meia da noite do sábado 2, um *motoboy* chegou à Polícia Federal em Curitiba com oito pizzas para entregar, nos sabores calabresa, queijo e presunto, muçarela e parmegiana. O rapaz mostrou a nota fiscal de 291,60 reais a jornalistas que estavam à espera de Sérgio Moro. O pessoal na polícia estava faminto. Fazia sete horas que o ex-juiz depunha sobre acontecimentos narrados por ele em 24 de abril, ao deixar o Ministério da Justiça contrariado com o que chamou de "interferência política" de Jair Bolsonaro na PF, simbolizada na troca, na marra, do chefe da corporação.

O juiz do Supremo Tribunal Federal encarregado do divórcio litigioso de Moro e Bolsonaro, Celso de Mello, havia atendido ao pedido de um senador e dois deputados e antecipado de 60 para 5 dias o prazo para a PF ouvir o ex-ministro. Era uma tentativa de evitar que Moro encarasse interrogadores designados por quem o presidente colocasse no comando da polícia. Ao depor, portanto, o ex-ministro estava à vontade. À sua frente, dois delegados que ascenderam graças àquele que Moro nomeara diretor-geral dos federais, Maurício Valeixo, degolado por Bolsonaro. E, apesar disso tudo, é razoável o risco de o litígio judicial terminar igual ao depoimento do ex-juiz: em pizza.

O testemunho de Moro foi chocho. Ele disse não ter acusado Bolsonaro de nada, só relatado fatos por trás da sua e da demissão de Valeixo. Parecia intimidado pelo procurador-geral da República, que deve o cargo a Bolsonaro. Ao pedir ao Supremo um inquérito sobre as declarações de Moro, Augusto Aras propusera-se a investigar também se o ex-juiz caluniou ou injuriou o ex-capitão. Mais: se Moro acusasse Bolsonaro, correria o risco de ser tragado por denúncia de que

O ministro Celso de Mello não parece, porém, disposto a corroborar uma farsa

foi omissa (prevaricação) ou recompensado (corrupção passiva). Só Aras pode acusar o presidente à Justiça por crime comum, e falta-lhe gana de emparedar o padrinho. Depois do que Moro falou à PF, não sofrerá muito desgaste se, no fim do inquérito, engavetar o caso. Aras, conta um colega, sonha em ser indicado por Bolsonaro ao Supremo.

Moro praticamente não acrescentou nada sobre a possibilidade de Bolsonaro ou algum auxiliar, a mando dele, ter cometido falsidade ideológica. Ele diz não ter assinado a degola de Valeixo, mas seu

nome estava ao lado da rubrica do presidente, quando a exoneração foi publicada pela primeira vez no *Diário Oficial da União*. O ex-juiz também não incrementou a hipótese de o ex-capitão ter incorrido em advocacia administrativa e obstrução da Justiça, ao trocar o chefe da PF para proteger filhos e amigos de investigações sobre milícias digitais bolsonaristas. Uma proteção sobre a qual não pairam dúvidas desde que Moro revelou, antes de depor, uma conversa por celular com Bolsonaro, em 23 de abril. Nela, o presidente repassa uma notícia de que a polícia estava no encalço de 10 a 12 deputados bolsonaristas e comenta em seguida: "Mais um motivo para a troca" do chefe da PF.

Apesar de chocho, o depoimento teve dois desdobramentos que garantem alguma emoção à novela. Obras de Celso de Mello, o decano do Supremo, com aposentadoria marcada para novembro.

Aras pediu ao juiz que fossem ouvidas autoridades citadas por Moro na PF de Curitiba. Entre elas, três generais-ministros: Augusto Heleno (Gabinete de



No depoimento de oito horas, Moro tentou se proteger da acusação de prevaricação

EVARISTO SÁ/AFPE MARCELO CAMARGO/ABR



Segurança Institucional), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Walter Souza Braga Netto (Casa Civil). O *status* ministerial dá ao trio o direito legal de escolher local, dia e hora para falar. O juiz Mello aceitou o pedido de Aras. E tascou em seu despacho, em “juridiquês”: vão depor na base da “condução coercitiva ou ‘debaixo de vara’”, caso usem o direito legal para enrolar.

Segunda emoção: Mello deu 72 horas para a Presidência entregar o vídeo de uma reunião ministerial de 22 de abril, na qual Bolsonaro teria dito, segundo Moro, que mudaria o chefe da PF no Rio nem que precisasse demitir o então ministro da Justiça e o então diretor-geral da polícia. O prazo vence na sexta-feira 8, um dia após a conclusão desta reportagem. A gravação fora requisitada por Aras, mas este não mencionara prazo. Um dia após a ordem judicial, a Advocacia-Geral da União, defensora do governo no Supremo, “rogou” ao decano que voltasse atrás. Motivo: na reunião “foram tratados assuntos potencialmente sensíveis e reservados ao Estado, inclusive de relações exteriores”. Será? A existência da reunião e parte de seu teor eram conhecidas antes de Moro depor, e Bolsonaro comentou que mostraria o vídeo, depois desistiu. A Presidência espalha que não se sabe quem ficou com a gravação.

A tara presidencial pela PF no Rio é uma das poucas coisas saborosas no testemunho de Moro. O ex-juiz contou que, em março, ainda ministro da Justiça, estava em Washington e certo dia recebeu uma mensagem de Bolsonaro via celular.



Rolando de Souza
esquenta a cadeira?

O texto dizia, conforme o ex-juiz: “Moro, você tem 27 superintendências (*estaduais da PF*), eu quero apenas uma, a do Rio”. Em agosto de 2019, Bolsonaro cobrara de Moro e Valeixo a cabeça do então chefe da PF fluminense, Ricardo Saadi, do contrário, a dupla é que sairia. Queria no posto um delegado específico, Alexandre Saraiva. Saadi já planejava uma mudança de ares e topou antecipá-la. Em seu lugar assumiu em novembro o delegado Carlos

Henrique de Oliveira, escolha de Valeixo. E Bolsonaro não amansou, *vide* a mensagem de março a Moro. Por que a obsessão pelo cargo? Na terça-feira 5, a Justiça Federal em Brasília deu 72 horas para Bolsonaro explicar a mudança na PF do Rio, em uma ação movida por um integrante do MBL, ex-aliado do presidente.

Não é difícil entender a tara de Bolsonaro. Seu filho Flávio, senador, e o velho e sumido amigo Fabrício Queiroz, ex-PM, são investigados no Rio por “rachadinha” e negócios imobiliários. Um dos acusados do assassinato de Marielle Franco, o ex-PM Ronnie Lessa, é vizinho de Bolsonaro em um condomínio na Barra em que o presidente tem casa. É uma investigação que esbarra em outro filho de Bolsonaro, o vereador Carlos, que brigou com Marielle quando ela era vereadora. Uma quadrilha de milicianos atuante perto do condomínio na Barra também é investigada por uma penca de malfeitos. Dela fazia parte o ex-capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, um herói na visão do clã Bolsonaro, morto na Bahia em fevereiro na condição de foragido.

Mudar o comando da corporação no Rio foi o primeiro ato do novo diretor-geral da PF, o delegado Rolando de Souza, que tomou posse de forma meio clandestina no gabinete presidencial, na segunda-feira 4. O posto fluminense agora é do delegado Tácio Muzzi, ex-Operação Lava Jato no estado. Nomear Souza foi o jeito encontrado por Bolsonaro de driblar a proibição do Supremo de botar um amigo da família no comando da PF, Alexandre Ramagem, atual diretor

ISAC NÓBREGA/PR E JEFFERSON RUDY/
AG. SENADO E TOMAZ SILVA/ABR



da Agência Brasileira de Inteligência. Souza estava com Ramagem na agência. Descrito por um colega policial como humilde e benquisto na categoria, é especialista em crimes financeiros. E um dos idealizadores do sistema que unificou várias bases de dados na PF, o Atlas. Se Bolsonaro queria poder passar a mão no telefone e ligar para o chefe da polícia em busca de informação, acertou na escolha.

Mas não sem espernear contra Alexandre de Moraes, o juiz do Supremo que, em uma ação do PDT, concordou ser “desvio de finalidade” a nomeação de Ramagem e a anulou. Para Bolsonaro, Moraes só está na corte por “amizade” com Michel Temer, padrinho da indicação dele em 2017. A ala militar do governo concordou com o esperneio, por ver censura de um poder em outro. Queixa agravada por outra decisão do tribunal, da lavra de Luís Roberto Barroso, que vetou a expulsão de diplomatas venezuelanos, em uma ação do PT. Vice-presidente, o general de pijama Hamilton Mourão verbalizou a bronca fardada: “É decisão dele (*Bolsonaro*) escolher seus auxiliares, assim como chefe de Estado ele é o responsável pela política externa”.

Até no Supremo implicaram com Moraes. Para Marco Aurélio Mello, foi

O Centrão começa a receber os cargos desejados. Irá entregar o apoio prometido?

uma decisão “nefasta”, por ser individual, não do plenário. Ironia: ele é o mais individualista e agora propõe que a reforma estudada no funcionamento da casa impeça decisões solitárias em ações com pedido de liminar sobre atos do governo ou do Congresso. O presidente do tribunal, Dias Toffoli, deu corda à ideia. Também reprovou Moraes. E fez um afago nos milicos. Revogou uma liminar potiguar que determinava ao Ministério da Defesa tirar do site um texto de março que exaltava o golpe de 1964. “É lamentável ter alguém moralmente tão invertebrado na presidência da corte nesse momento”, diz Conrado Hubner, professor de Direito Constitucional da USP. Para ele, o STF “erra” ao abusar de decisões solitárias,

não coletivas, e Bolsonaro vê como oposição “tudo que lhe controla”.

Com a pizza a caminho no litígio judicial Moro-Bolsonaro, restará a arena política, onde Bolsonaro também corre o risco de queda. O relato do ex-juiz tem potencial para a abertura de um processo de *impeachment*, por crime de responsabilidade. Se houve “interferência política” na PF, o ex-capitão atentou contra o Judiciário (a PF é polícia “judiciária”, pois cumpre ordem dos tribunais). Para se precaver, Bolsonaro começa a dar cargos ao “Centrão”, em troca de apoio parlamentar. O PP, partido que foi o da ditadura e o de Bolsonaro, acaba de emplacar um apadrinhado no órgão federal de obras contra a seca, o Dnocs, dono de 1 bilhão de reais este ano. Na quarta-feira 6, os generais-ministros Ramos e Braga Netto foram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, cobrado por Celso de Mello a se manifestar sobre um dentre quase 30 pedidos de *impeachment* em sua mesa.

Se sobreviver até a próxima eleição, Bolsonaro poderá ter Moro como rival. Não falta quem sobre ao ex-juiz que ele deveria concorrer à Presidência. Promessa de que, ao menos verbalmente, o tiroteio entre o presidente e seu ex-ministro continuará, independentemente do *pizzaiolo* Augusto Aras. •

Muzzi assume a PF do Rio, que investe Flávio

